
Alain El Youssef

Mestrando em História pela
Universidade de São Paulo (FFLCH/
USP – São Paulo/Brasil)
e-mail: alayoussef@yahoo.com.br

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (org.).

Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889).

Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. 259p.

Nas últimas décadas, na esteira das mudanças sofridas pela pesquisa histórica, a imprensa passou a ser repensada como fonte documental e como objeto de estudo. Antes relegados a segundo plano, os periódicos, os folhetos, as revistas e os livros publicados nos mais diversos períodos históricos tendem, hoje em dia, a ganhar papel de destaque em algumas abordagens históricas.

Ainda que, no Brasil, esse processo seja mais recente (quando comparado à Europa), é possível afirmar que o país já possui um grupo, ao mesmo tempo unido e plural, de historiadores que se dedicam ao estudo dos mais diversos temas ligados à imprensa. Este grupo, concentrado, sobretudo, no projeto "História Política e Imprensa no século XIX" da UERJ, que conta com a liderança de Marco Morel e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, já começa a dar frutos para alguns ramos da historiografia brasileira: depois de *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos* (1998) e *História e imprensa: representações e práticas de poder* (2006), o grupo atinge seu terceiro trabalho coletivo com o livro *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*, organizado por Mônica Leite Lessa e Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca.

A obra, de forma geral, pode ser dividida em duas partes que realçam os dois tipos de estudos encontrados no livro: a primeira é constituída por trabalhos que partem da análise de inúmeros periódicos publicados ao longo do século XIX; já, a segunda, contém artigos de historiadores que trabalham com outros tipos de fontes como, por exemplo, os textos produzidos (e na maioria das vezes publicados) no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do movimento romântico nacional.

O texto que abre a coletânea, de Lara Lis Schiavinatto, atenta justamente para alguns tipos de texto que passaram da forma manuscrita para a forma impressa durante a primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro. Mais especificamente, o artigo destaca as permanências e mudanças sofridas na composição e no formato das *Relações de festas reais* durante a passagem do Antigo Regime para o período pós-independência. Com isso, a autora percebe que, muito embora o padrão das Relações tenha sido, em grande parte, mantido, as poucas alterações ocorridas em seu formato acabaram por transformar o sentido desse tipo de relato, resignificando-o. A partir do início da década de 1820, a Relação "deixava a fronteira do ficcional e do literário para adquirir um forte senso de realidade, erigindo-se em novo fato histórico que inaugurava um novo tempo de vida coletiva" (p. 26).

Ainda no que tange à primeira parte, é possível notar como os estudos centrados em periódicos estão ajudando a cobrir parte de uma das principais lacunas existentes na historiografia do Império brasileiro: o período regencial. A década de 1830, que antes padecia de análises mais consistentes, sobretudo no que diz respeito à política do período, vem sendo aos poucos esclarecida por especialistas que se aproveitaram do legado documental de

um dos momentos de maior afloramento – em termos quantitativos – da imprensa brasileira em todo o século XIX. Este é o caso de historiadores como Gladys Sabina Ribeiro, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, Marcello Basile e Ivana Stolze Lima que, fazendo uso de diferentes metodologias e possuindo preocupações distintas, enriquecem a compreensão das disputas políticas travadas durante a primeira metade do período regencial.

A primeira autora mencionada, Gladys Sabina Ribeiro, aponta em seu artigo para a existência de duas esferas de discussão sobre o direito à liberdade entre os anos de 1820 e 1837. A partir dessa constatação, analisa como os jornais *O Repúblico* e *O Tribuna do Povo*, redigidos, respectivamente, por Antonio Borges da Fonseca e Francisco das Chagas de Oliveira França, nos primeiros anos da Regência, trabalharam com essas noções de direito e liberdade no bojo do processo de constituição da nação e de definição da cidadania no Império brasileiro.

Esse mesmo processo de definições de conceitos também perpassa os estudos sobre a formação da língua nacional, realizados por Ivana Stolze Lima. No artigo que integra o livro aqui tratado, a autora insere a publicação do *Dicionário da língua brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto, no próprio "movimento interno de expansão da classe senhorial" (p. 109) para demonstrar a intenção dessa classe em definir, de forma mais rígida, o significado de *brasileiro* e de outras palavras que envolviam este termo.

A questão federalista é tema para os outros dois historiadores citados acima. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca toma o jornal baiano *O Democrata*, impresso por Domingos Guedes Cabral, para demonstrar a existência de uma "articulação entre os movimentos federalistas do início da década de 1830 e a república instaurada em novembro de 1837" (p. 79), a Sabinada. Já Marcello Basile apresenta os projetos dos três grupos políticos existentes no Rio de Janeiro após a abdicação de D. Pedro I – *liberais exaltados*, *liberais moderados* e *caramurus* – para mostrar como cada um deles posicionou-se frente às reformas constitucionais do período regencial, sobretudo no que se relaciona ao que o autor denominou de "*questão federal*" (p. 84).

Tomando um recorte temporal mais extenso, Lená Medeiros de Menezes investiga a presença de franceses no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, tentando contrapor-se ao discurso oficial da época, que associava imigração européia ao progresso e à civilização. Por meio da análise de anúncios e avisos publicados nos jornais cariocas em dois momentos distintos (1816-1822 e 1850-1868), a autora detecta que os próprios franceses contribuíram diretamente para firmar "a representação de que um caminho para um viver civilizado passava necessariamente pela França" (p. 228).

Já o artigo de Humberto Fernandes Machado discute a censura existente no Império brasileiro tomando a imprensa abolicionista como objeto de análise. O autor atenta para o fato de que, no fim do século XIX, nas grandes cidades, não havia uma censura oficial que impedisse a atuação daqueles que militavam contra a continuidade do cativo no país. Algo que se devia, em grande parte, ao caráter reformista (e não revolucionário) do movimento abolicionista nacional que, em momento algum, questionou as bases liberais do Estado imperial, atuando "dentro da ordem e da justiça" (p. 256). Para Fernandes Machado, as únicas retaliações sofridas pelos defensores da causa anti-escravista ocorreram nas regiões interioranas, onde freqüentemente os abolicionistas chocaram-se diretamente com

interesses locais, tendo que lidar com ameaças de morte, sendo impedidos de distribuir seus jornais e tendo suas tipografias empasteladas.

Passando para a segunda parte do livro, o foco deixa de recair, como já mencionado, sobre os periódicos, e passa para a produção do IHGB, desde a sua fundação até os primeiros anos da República. Dentro desta divisão, destaca-se o artigo de Lúcia Maria Paschoal Guimarães que, valendo-se de dois conceitos-chave de Pierre Nora – *centenário* e *geração* – examina as representações da Revolução Pernambucana de 1817 formuladas pelo Instituto Histórico em dois momentos distintos: ao longo do século XIX e no centenário da revolução. Assim, ao deter-se sobre um período mais dilatado de tempo que perpassa, sobretudo, a queda do Império e a instauração da República, a autora consegue detectar que a celebração da centúria de 1817 "rompera com a memória nacional forjada" no IHGB ao longo do século XIX. Se antes, durante o Império, o evento fora visto com maus olhos, sendo relegado ao âmbito local e muitas vezes sofrendo silenciamento, no período republicano "a rebeldia do *Leão do Norte* passou a ser festejada como precursora da Independência e da República. Convertera-se em sinônimo de virtude e exemplo de patriotismo" (p.160).

Os artigos de Kaori Kodama e Rebecca Gontijo, por outro lado, realçam, respectivamente, as exclusões e as críticas ao modelo de escrita da história formulada dentro mesmo Instituto. A primeira autora demonstra como, mesmo sendo um dos fundadores do IHGB, Raimundo José da Cunha Matos teve seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará...* e outras obras de sua autoria rechaçadas pela instituição. Isso, graças à adoção, pelo autor, de uma visão histórica e de um modelo de escrita da história baseados na confluência entre *experiência* e *registro* – distintos, portanto, das traves-mestras estabelecidas pelo Instituto. Já a segunda autora analisa como, em um momento de crítica ao paradigma de Varnhagen, Capistrano de Abreu soube combinar elogios e depreciações à obra do mais importante historiador dos oitocentos. Assim, a partir de uma leitura que realçava os pontos fortes e os pontos fracos dos textos historiográficos de Varnhagen, Capistrano conseguiu abrir caminho para a proposição de uma concepção moderna de escrita da história, norteadada pela perspectiva sociológica e guiada pela teoria da evolução.

Não tão distante nem do IHGB nem da obra de Varnhagen, Marco Morel volta suas preocupações para a forma como o movimento romântico caracterizou os botocudos ("nome genérico de grupos indígenas de origem próxima ao grupo Macro-Jê"), buscando relacionar produção literária e processos históricos. Partindo dessa premissa, o autor constata que "não houve casamento feliz" entre o Romantismo e esses índios, que foram descartados do "projeto nacional hegemônico" de produção de uma imagem cordial e positiva a seu respeito, diferente do que ocorrera com outros grupos (p. 127). Isso, no exato momento em que os botocudos constituíam-se em um dos principais problemas para as autoridades encarregadas de expandir internamente o Império brasileiro. Segundo Morel, esta contradição foi resolvida apenas na segunda metade do século XIX: "quase na mesma proporção e no mesmo momento em que alegorias indianistas floresciam nos meios urbanos da sociedade imperial [...], os índios existentes eram cobertos com o manto da invisibilidade" pelas autoridades provinciais que passaram a silenciar os discursos sobre os mesmos.

Diante da exposição de todos estes artigos mencionados acima – que incluem uma variada gama de temas, cobrem um longo período histórico e perpassam diversas regiões do território brasileiro –, é possível afirmar, sem perigo de cair em erro, que *Entre a monarquia e a república* vem a ser, como planejaram suas organizadoras, “uma [boa] contribuição aos estudos sobre a imprensa oitocentista” (p.11). Todavia, a despeito de suas virtudes e qualidades, o livro permite entrever algumas lacunas existentes na produção acadêmica que lida com imprensa.

O que, por ora, fica mais notório é a existência de um amplo predomínio de estudos focados na esfera da política imperial. Essa hegemonia do âmbito político torna, muitas vezes, escassos os trabalhos que buscam compreender outras características da sociedade imperial, profundamente marcada pelo hibridismo entre formas modernas e arcaicas de sociabilidades. Tal constatação torna urgente a necessidade de trabalhar-se com temas não propriamente políticos, mas que não deixam de ter uma profunda relação com a mesma. A imprensa, por exemplo, permite ao historiador pesquisar temas como: tráfico de escravos, cultura (sobretudo, peças de teatro e livros lançados e comentados na época), comércio, literatura, etc.

Esse predomínio da política nos estudos que partem da imprensa do século XIX não seria, por si só, um problema tão grave se todos esses trabalhos não se restringissem a empreender análises sobre os primeiros anos do Império (1820 à 1837) ou sobre o período de sua crise (1871 à 1889). No próprio livro é possível ver esse movimento: dos sete autores que trabalham com jornais, apenas uma, Lená Medeiros de Menezes, refere-se a publicações impressas fora desses dois momentos – e ainda faz isso de forma breve e pontual; todos os outros ficam presos aos dois períodos referidos acima, sobretudo ao primeiro. Ao enfatizar tal ocorrência, objetiva-se trazer à tona o fato de que a relação entre política e imprensa, no século XIX, ainda carece de estudos sobre o momento que corresponde justamente à própria consolidação do Estado nacional (c. 1837 à década de 1860), realizada sob a hegemonia Saquarema (cf. Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema*).

Esse mesmo período que se inicia em 1837 também é de suma importância para os autores que lidam com a construção e a representação de identidades nacionais. Algo que fica ainda mais nítido com a leitura do texto de Antonio Edmilson Martins Rodrigues, intitulado “Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX”. Neste ensaio ímpar dentro da coletânea, o autor atenta para o fato de que o período que tem início em 1850 apresenta a formulação de idéias que promoveram “a identidade de um Brasil novo, mestiço e tropical, diverso e dilacerado em contraposição ao equilíbrio e às unidades européias” (p.210). O que agrava ainda mais essa lacuna existente na historiografia brasileira.

Enfim, todas essas breves sugestões poderiam ajudar a ampliar a compreensão da sociedade imperial em suas mais diversas facetas. Se, por um lado, fica evidente que o livro organizado por Mônica Leite Lessa e Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca avança no debate travado pelos estudos sobre a imprensa, por outro, não resta dúvida de que essa mesma obra deixa entrever que o caminho para a compreensão do Império brasileiro pela análise de periódicos, mesmo com a solidificação deste campo de estudos, está apenas em seu início.